

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

Edição nº 1041

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	4
Súmulas de contratos.....	5
Avisos de licitações.....	6
Editais.....	6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	6
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1041

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N.º 3515/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, **DESIGNA** os abaixo relacionados para as funções de Coordenação de Comissão Executiva, Serviços de Fiscalização e Serviços Auxiliares na realização das provas do concurso para o cargo de Bibliotecário Jurídico do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Edital Nº 170/2012).

- Coordenação de Comissão Executiva: Dr. MARCELO LEMOS DORNELLES-3430979; Dra. LILIANE DREYER DA SILVA PASTORIZ-3343790; JAQUELINE DE LIMA ROSÁRIO-3429946; LEONARDO LOCATELI ROSA-3444597; LÍVIA MARTINEWSKI DREHER-3438104; ROBERTO GONÇALVES-3431720.

- Serviços de Fiscalização: ANA CARLA DECZKA MORSCH-3429075; ANELISE VOLKWEIS-3429040; ADRIANA RITTA GARCIA FREITAS-3431266; CAROLINA SILVEIRA DAMO-3447014; CLEOMAR SALDANHA DA SILVA-3428109; DANIELA NASCIMENTO MORAES-3370550; DANIELE FEIJÓ UFLACKER-3448126; EVANDRO PERES LOURO-3449823; GILBERTO TAILOR DE SOUZA-3442926; GUILHERME DE OLIVEIRA-3448568; IVALDECIR CÉSAR HEMING-3439690; LEANDRO EZEQUIEL BRITO-2777142; MARIA CRISTINA ALVES CRIPPA-3431185; MARLISE PEREIRA MACHADO-3426661; RENATA MIGUEL EHLERS-3445178; THIAGO CARBONI PETROLI-3587100; VINCENZA BAIOTTO SOARES-3448509; SERGIO LUIZ LEITE ALMEIDA-3435466.

- Serviços Auxiliares: CLÁUDIA SOUZA POLETTI-3442098; ROBERTO DA ROSA BENITES-2458241.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

PORTARIA N.º 3516/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, **DESIGNA** os abaixo relacionados para as funções de Coordenação de Comissão Executiva, Auxiliares de Coordenação, Serviços de Fiscalização e Serviços Auxiliares na realização da prova do concurso para o cargo de Técnico em Informática - Áreas de Sistemas, Equipamentos, Internet/Intranet e Apoio ao Usuário do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande

do Sul (Edital Nº 171/2012).

- Coordenação de Comissão Executiva: Dr. MARCELO LEMOS DORNELLES-3430979; GLAUCIO ERNANI FERREIRA DA SILVA-3432556; LÍVIA MARTINEWSKI DREHER-3438104; ROBERTO ALVARES DA COSTA-3450716; ROBERTO GONÇALVES-3431720.

- Auxiliares de Coordenação: CHARLES MASIERO-3436926; LUCIANDRO ARAUJO CAETANO DA LUZ-3663698; TAURINO BATISTA DE OLIVEIRA NETO-2419106.

- Serviços de Fiscalização: ADRIANO CARDOSO SCHEFFER-3443868; ÂNDREA RODRIGUES LUÇARDO-3434621; ANITA CRISTINA DE JESUS-3449815; ANSELMA MARIA MAC-HRY-3471799; CAMILA BRISCH PEREIRA-3438015; CAMILE TEDESCO CANAL-3445739; CARLOS ALBERTO SILVA JUNIOR-3413411; CHRISTIAN BROD DA ROCHA-3435040; CLÁUDIA BALBINOTTI-2838656; CRISTINA RESENER-3431959; DIEGO CESAR DRUZIAN-3451445; FABIANA SANTOS SILVEIRA-3452395; FABIOLA LEMOS BONFADINI-3598349; FELIPE RODRIGUES SILVA-3448401; KAREN PORTO FREIBERGER-3443485; LARISSA TERRA DA SILVA BADRA-3443264; LIANE MARIA VILANOVA CERCATO-3418910; LILLIAN LOUREIRO IRION-3430758; LISANDRA PEREIRA VIEIRA-3441199; LUCAS BELMONTE MELLO-3444864; LUCIANA BRESOLIN VIEIRA-3558916; LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA-3448827; LUÍS MARCELO MARTINS DE LIMA-3445070; MÁRCIO ROCHA CARDOSO-3438341; MARIANE PEIXOTO PIRIZ WEIRICH-3451410; MICHEL BASSAN MARTINS-3450040; OTÁVIO GONÇALVES RÖHRIG-3435016; PATRÍCIA DISEGNA-3441407; PAULO OTÁVIO DE OLIVEIRA BORTOLI-3447120; ROBERTO CROSSETTI VIDAL-3435440; SIMONI BASSANI BIRLEM-3431533; SUÊ RAQUEL DA SILVEIRA-3436810; UMBERTO GUARISE SILVA-3544443; VALTER JOVENIL AVILA DA SILVA-3431649; VITOR SKLAGENBERG GOULART-3655067.

- Serviços Auxiliares: ADILSON GUTIERRES ARAÚJO-1890514; ALEXANDRA ZUCOLOTTI-3442047; ALEXANDRE CARTIER LARANGEIRA-3434290; ALICE RIGODANZO KORKIEWICZ-3430472; CARLOS ALBERTO MACHADO-2715414; CLAUDIA KARINA VIERA CAMPELO-3434710; CLAUDIO GILMAR MORAES DOS SANTOS-2312778; EVANDRO RICARDO BONILLA SCHUSTER-2710323; FILIPE RONALD NOAL SOUZA-3441121; GILSON SANTOS DOS SANTOS-3435300; JAUBERT DA SILVA RIBEIRO-2519240; JOÃO GIGLIO NEVES DA SILVA-3588386; JOSSIANO NOIMANN LEAL-3592472; MARCELO LUIS STOCKMANS-2461803; MARTA RIBEIRO AGUSTONI-3440125; NELDO AUGUSTO DOBKE VALADÃO-3429024; PAULO RICARDO FRAGA RIBEIRO-3436586; RODRIGO ZOLLY CORRÊA-2255162; SIBELI AMADOR DE AZEREDO-3450368; SILVIO AMARAL DE SOUZA-2270676.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1041

EDITAL N.º 395/2012 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, identifica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo n.º PR.00006.00153/2012-4.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de outubro de 2012.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 396/2012 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC.00829.00053/2008, instaurado para investigar possíveis irregularidades no âmbito da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio – SEAPA, consistentes em eventual descumprimento de carga horária por servidora lotada na Supervisão Regional de Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de outubro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 397/2012 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno promoveu o arquivamento do IC.00772.00021/2009, instaurado para investigar possível violação ao Código do Consumidor praticada pelos supermercados existentes nos municípios de Dona Francisca, Ivorá, Nova Palma e São João do Polêsine, consistente em comercializar produtos alimentícios sem procedência e sem registro no órgão competente, bem como produtos perecíveis e não perecíveis com datas de validade vencidas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de outubro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 398/2012 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os proprietários de imóveis que margeiam o rio Soturno no município de Nova Palma, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno promoveu o arquivamento do IC.00772.00015/2006, instaurado para investigar possível irregularidade na preservação ambiental da mata ciliar do referido rio.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de outubro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 399/2012 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas promoveu o arquivamento do IC.00824.00065/2007, instaurado para investigar a ocorrência de danos ao consumidor e ao meio ambiente, através da implantação de loteamento irregular, em que reclamante Alexandra da Conceição Silveira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de outubro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 400/2012 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial Sergio Silva da Silva, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC.01128.00129/2002, instaurado para apurar possíveis irregularidades na administração do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre - SIMPA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de outubro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 401/2012 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 11 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1041

Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil, referente a eventual existência de obra que ocupa passeio público na esquina da rua Pindorama com a Av. Paraguassú, em Capão da Canoa, no PA.00949.00164/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de outubro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete,

Secretária-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 481/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, BRUNA NOGUEIRA DIAS, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quinto (5º) lugar na Lista de Classificação da Região da Fronteira Oeste (Port. 3492/2012).

- BRUNO DAS VIRGENS DORNELLES, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 3497/2012).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MARILIA BROD LOKSCHIN, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o vigésimo sexto (26º) lugar na Lista de Classificação Geral Estadual, em face do esgotamento da Lista de Classificação da Região do Alto Jacuí (Port. 3500/2012).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, JULIO CESAR BURDZINSKI, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o terceiro (3º) lugar na Lista de Classificação da Região do Alto Jacuí (Port. 3502/2012).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, LEANDRO BECKER RITTER, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o terceiro (3º) lugar na Lista de Classificação da Região do Litoral (Port. 3510/2012).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, JÚLIA FRESTEIRO BARBOSA, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R",

em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o sétimo (7º) lugar na Lista de Classificação da Região do Médio Uruguai (Port. 3511/2012).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 3354/2012, que nomeou LETICIA PETER FURTADO, para exercer o cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", deste órgão (Port. 3499/2012).

- a Portaria n.º 3350/2012, que nomeou CARLOS JACO WEBER, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste órgão (Port. 3501/2012).

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual, a pedido, a contar de 17 de outubro de 2012, a servidora efetiva JANI SALLES MINOTTI, Auxiliar de Serviços Gerais, classe "D", ID n.º 3429067, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, artigos 40, § 9º, e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 158 da Lei Complementar n.º 10.098/1994, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, incluindo 15% (quinze por cento) de Gratificação Adicional, conforme artigo 100, e 30% (trinta por cento), referentes a 06 (seis) Avanços Trienais, conforme artigo 99, todos da Lei Complementar n.º 10.098/1994 (PR.00576.00892/2012-7 - Port. 3498/2012).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 10 de outubro de 2012, a servidora VERONICA ANGELA RECKZIEGEL, ID n.º 3452166, do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 3505/2012).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 01 (um) mês de licença-prêmio, não fruída, da servidora NEIVA PERFEITO BERNARDES, Secretária de Diligências, ID n.º 3430499, registrada no Boletim n.º 109/2010, publicado no D.O. de 09/03/2010, referente ao quinquênio de efetividade de 07/02/2005 a 05/02/2010, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 03/10/2012 - PR.00785.00103/2012-6 - Port. 3506/2012).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 16/10/2012, no cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, BARBARA BARTH BELLOLI, tendo entrado em exercício em 17/10/2012.

- habilitada para tomar posse, a contar de 15/10/2012, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", DALILA MARIA ZANCHET, tendo entrado em exercício em 17/10/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1041

**SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO N.º 3483-0900/11-4
CONVITE N.º 62/11**

CONTRATADA: PORTOTEC CONSTRUTORA LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência do contrato AJDG n.º 204/11, por 02 (dois) meses, a contar do dia 13 de outubro de 2012; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 10 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
PROCESSO CO.26728**

CONTRATADA: LEX EDITORA S/A; **OBJETO:** renovação da assinatura anual do produto Magister Net; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.192,50; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 17/10/2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS
DE ENGENHARIA
PROCESSO N.º 2837-09.00/12-0
CONVITE N.º 31/12**

CONTRATADA: P&B ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** manutenção e reforma do prédio sede das Promotorias de Justiça de Arroio do Tigre/RS, situada na Rua José Mainardi, n.º 49, Centro, incluindo a prestação de serviços e o fornecimento de materiais, para execução em 02 (dois) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 53.600,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO N.º 2039-09.00/12-0
PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/12**

CONTRATADA: DIPESUL VEÍCULOS LTDA.; **OBJETO:** alterar a Cláusula Sétima do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG 142/12, que passará a ter a seguinte redação: “O presente contrato entrará em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização, em resumo, deste termo aditivo, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e perdurará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, por até 60 (sessenta) meses”. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
PROCESSO CO.26726**

CONTRATADA: LEX EDITORA S/A; **OBJETO:** renovação da assinatura de diversos periódicos; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.248,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 17/10/2012, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 2523-09.00/12-2
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 45/2012**

CONTRATADA: ACM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.; **OBJETO:** aquisição dos softwares abaixo descritos, conforme especificações do edital:

ITEM 2	Licença do Software Edraw Office Viewer – Upgrade da Versão 7.4, sem mídia, versão atual, 01 licença.
ITEM 3	Licença do Software Winavi All In One, sem mídia, versão atual, 06 licenças.

VALOR TOTAL: R\$ 3.200,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**



Diário eletrônico Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1041

Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS 33/08, 47/05 e 54/02 e, subsidiariamente, Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO N.º 2523-09.00/12-2 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 45/2012

CONTRATADA: X2S INFORMÁTICA LTDA.; **OBJETO:** aquisição do software abaixo descrito, conforme especificações do edital:

ITEM 1	Licença do Software Google Earth Pro, sem mídia, versão atual, 03 licenças.
--------	---

VALOR TOTAL: R\$ 2.970,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS 33/08, 47/05 e 54/02 e, subsidiariamente, Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

Aviso de Abertura de Licitação

Tomada de Preços n.º 07/12 (Processo n.º 003630-09.00/12-1) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** contratação de serviço de engenharia, com fornecimento de materiais, para ampliação da central térmica do sistema de climatização da Sede Institucional do Ministério Público, situada na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, n.º 80, conforme Edital e seus Anexos. **Prazo:** 05 meses. **Data e horário de abertura:** 05/11/2012, às 10 horas.

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 17.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). Edital disponível na página: <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/precos>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

EDITAL N.º 347/2012

REMOÇÃO DE ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>), a divulgação dos locais em que serão oferecidas 02 (DUAS) vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 09/2012 - CAOMA

A COORDENADORA DO CENTRO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

AGUDO

1) Inquérito Civil n.º 00710.00010/2012, da Promotoria de Justiça de Agudo, pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, com a finalidade apurar eventual dano ambiental ocasionado em razão de autorização emitida, sem o licenciamento ambiental, para construção de obra de alvenaria.

ALEGRETE

1) Inquérito Civil n.º 00711.00059/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, com a finalidade apurar irregularidades no processo licitatório e na execução em obra para construção de poço na Câmara de Vereadores.

2) Inquérito Civil n.º 00711.00060/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, com a finalidade apurar a dano ambiental ocasionado pela caça predatória de animal silvestre.

3) Inquérito Civil n.º 00711.00063/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, com a finalidade apurar a degradação ambiental consistente em barramento de curso natural de água do arroio Ibirocai, descapoeiramento sem licença ou



autorização, queima de resíduos provenientes do corte de vegetação nativa e captação de água sem a respectiva outorga.

4) Inquérito Civil nº 00711.00064/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, com a finalidade apurar a degradação ambiental consistente em pesca predatória realizada com equipamentos e petrechos não permitidos para a categoria de pesca.

5) Inquérito Civil nº 00711.00065/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, com a finalidade apurar degradação ambiental consistente na queima de campo agropastoril.

6) Inquérito Civil nº 00711.00066/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, com a finalidade apurar degradação ambiental decorrente da prática de crimes contra a flora e a fauna.

7) Inquérito Civil nº 00711.00067/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, com a finalidade apurar degradação ambiental decorrente da caça predatória de animais silvestres e da pesca de peixes ameaçados de extinção.

ARROIO DO TIGRE

1) Inquérito Civil nº 00939.00014/2012, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, com a finalidade apurar criação de animais em perímetro urbano, fato passível de ocasionar proliferação de doenças e incômodo à comunidade.

BAGÉ

1) Inquérito Civil nº 00718.00021/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade apurar uso de fogo em campo nativo sem licença ambiental.

BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 00722.00072/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar delito ambiental, face a inexistência de licença ambiental para atividade de vidraçaria e fabricação de esquadrias em alumínio.

2) Inquérito Civil nº 00722.00073/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de averiguar delito ambiental, atinente ao transporte de produto perigoso em desconformidade com a legislação ambiental vigente.

3) Inquérito Civil nº 00722.00074/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de realizar a soltura de peixes no Rio das Antas em face da constatação de pesca ilegal no local, conforme Relatório do Grupamento de Polícia Ambiental e Comunicação de ocorrência Policial.

BOM JESUS

1) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00725.00002/2010, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt,

com a finalidade de apurar atividade poluidora de Corte Irregular de Vegetação Nativa de Floresta Ombrófila mista (Mata Atlântica) em estágio médio e avançado, atingindo espécies imunes (Corticeiras da Serra) e ameaçadas de extinção (araucária e sucará) sem licença do órgão ambiental competente.

2) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00725.00009/2010, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar atividade poluidora de supressão irregular de vegetação nativa das espécies Araucaria Angustifolia, sucará, corticeira da serra e outras num total de 161 (cento e sessenta e uma) árvores, sem autorização do órgão competente e em desacordo com determinação legal e regulamentar.

3) Inquérito Civil nº 00725.00046/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, em área de preservação permanente (Bioma Mata Atlântica), atingindo a área de 60,76ha (sessenta vírgula setenta e seis hectares).

4) Inquérito Civil nº 00725.00031/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 387,08ha (trezentos e oitenta e sete vírgula zero oito hectares), fora de área de preservação permanente.

5) Inquérito Civil nº 00725.00032/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 32,51ha (trinta e dois vírgula cinquenta e um hectares), fora de área de preservação permanente.

6) Inquérito Civil nº 00725.00033/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 30,85ha (trinta vírgula oitenta e cinco hectares), fora de área de preservação permanente, na propriedade da pessoa física investigada.

7) Inquérito Civil nº 00725.00034/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 15,48ha (quinze vírgula quarenta e oito hectares), em área de preservação permanente (banhado), e atingindo a área de 2,41ha (dois vírgula quarenta e um hectares), fora de área de preservação permanente.

8) Inquérito Civil nº 00725.00035/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 11,27ha (onze vírgula vinte e sete hectares), fora de área de preservação permanente, na propriedade da pessoa física investigada.

9) Inquérito Civil nº 00725.00036/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de



Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 49,79ha (quarenta e nove vírgula setenta e nove hectares), fora de área de preservação permanente, e atingindo a área de 3,16ha (três vírgula dezesseis hectares), em área de preservação permanente (banhado).

10) Inquérito Civil nº 00725.00037/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 36,02ha (trinta e seis vírgula zero dois hectares), fora de área de preservação permanente, na propriedade da pessoa física investigada.

11) Inquérito Civil nº 00725.00038/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 6,98ha (seis vírgula noventa e oito hectares), fora de área de preservação permanente, na propriedade da pessoa física investigada.

12) Inquérito Civil nº 00725.00039/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 149,04ha (cento e quarenta e nove vírgula zero quatro hectares), fora de área de preservação permanente, na propriedade da pessoa física investigada.

13) Inquérito Civil nº 00725.00040/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 12,46ha (doze vírgula quarenta e seis hectares), fora de área de preservação permanente, na propriedade da pessoa física investigada.

14) Inquérito Civil nº 00725.00041/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 24,21ha (vinte e quatro vírgula vinte e um hectares), fora de área de preservação permanente, na propriedade da pessoa física investigada.

15) Inquérito Civil nº 00725.00042/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar atividade carvoeira, em face da constatação de número excedente de fornos, em desacordo com a legislação.

16) Inquérito Civil nº 00725.00043/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar atividade de "lavra com trator para plantio agrícola", perfazendo 1ha (um hectare) de área danificada na zona de amortecimento do Parque Estadual do Tainhas.

17) Inquérito Civil nº 00725.00044/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar atividade de plantio de vegetação exótica (eucalipto – silvicultura).

18) Inquérito Civil nº 00725.00045/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar atividade de "abate clandestino de bovinos e lançamento de detritos (carcaças) dentro de arroio de nome não identificado".

19) Inquérito Civil nº 00725.00046/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar desvio de curso d'água sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, atingindo 0,410 Km do córrego que ficou sem água e atingindo 0,451 Km do novo córrego.

20) Inquérito Civil nº 00725.00047/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar supressão de vegetação em área de preservação permanente (próximo a um córrego d'água), por desmatamento, com abertura de valos para enterrar as árvores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

21) Inquérito Civil nº 00725.00048/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar confecção de 03 (três) açudes em área de preservação permanente (banhado); abastecimento de pulverizador de forma irregular; captação hídrica irregular; depósito de agrotóxicos em desacordo com a legislação; descarte de embalagens de agrotóxicos e óleos lubrificantes a céu aberto; e queimada de resíduos atingindo 0,80 (zero vírgula oitenta) hectares de área de preservação permanente (banhado).

22) Inquérito Civil nº 00725.00049/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar queima de resíduos sólidos (serragem e restos de madeiras) provenientes do beneficiamento de madeira exótica da espécie pinus, a céu aberto.

23) Inquérito Civil nº 00725.00050/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 12,05ha (doze vírgula zero cinco hectares), fora de área de preservação permanente.

24) Inquérito Civil nº 00725.00051/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 310,00ha (trezentos e dez hectares), fora de área de preservação permanente.

25) Inquérito Civil nº 00725.00052/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 60,71ha (sessenta vírgula setenta e um hectares), fora de área de preservação permanente.

26) Inquérito Civil nº 00725.00053/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo a área de 136,29ha (cento e trinta e seis vírgula vinte e nove hectares),



fora de área de preservação permanente.

27) Inquérito Civil nº 00725.00054/2012, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar corte de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração em local de especial proteção (Bioma Mata Atlântica), sem licença da autoridade ambiental competente.

CAÇAPAVA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00726.00019/2012, da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, pela Promotora de Justiça Cíntia Foster de Almeida, com a finalidade de apurar deficiências no canil municipal de Caçapava do Sul.

CACHOEIRA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00728.00030/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, com a finalidade de a ocorrência de danos ambientais decorrentes da construção de obra potencialmente poluidora, consistente no barramento do curso natural da água.

2) Inquérito Civil nº 00728.00031/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais decorrentes da destruição de floresta considerada de preservação permanente.

3) Inquérito Civil nº 00728.00032/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, com a finalidade de apurar ocorrência de poluição de qualquer natureza em níveis que resultem em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou destruição significativa da flora.

4) Inquérito Civil nº 00728.00033/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais decorrentes da supressão de corticeiras e drenagem de banhado.

5) Inquérito Civil nº 00728.00034/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais decorrentes da destruição e supressão de mata nativa, com intuito de aumentar lavoura de arroz.

6) Conversão de Portaria em Inquérito Civil nº 00728.00027/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, com a finalidade de apurar possível risco à vitalidade do Rio Jacuí, por operação irregular das hidrelétricas Ernestina e Itaúba.

CAMAQUÃ

1) Conversão de Peça de Informação em Inquérito Civil nº 00732.00021/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de apurar possíveis delitos ambientais praticados pela empresa Brasília Guaíba, com atividade de detonação de pedras.

CAMPINA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil nº 00940.00012/2012, da Promotoria de

Justiça de Campina das Missões, pelo Promotor de Justiça Gustavo Fava Ferrari, com a finalidade de investigar dano ambiental consistente na realização de atividade de jateamento de areia a seco, distante 10m de um banhado, em área de preservação permanente, bem como faz serviços de metalúrgica e borracharia, ainda mantém uma rampa de lavagem, sendo que os resíduos escorrem direto no solo até a área de preservação de permanente, pois não possui caixa separadora de água e óleo.

CANDELÁRIA

1) Inquérito Civil nº 00739.00009/2012, da Promotoria de Justiça de Candelária, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de apurar a ocorrência de corte de 32 árvores das espécies nativas, fora de APP (área de preservação permanente); coqueiro, amoreira, pitangueira, carvalhinho.

CAPÃO DA CANOA

1) Inquérito Civil nº 00949.00056/2012, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, com a finalidade de averiguar dano à vegetação fixadora de dunas em Área de Preservação Permanente.

CARAZINHO

1) Inquérito Civil nº 00743.00020/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho pelo Promotor de Justiça Eduardo Buaes Raymundi, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental em razão do corte de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00743.00021/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho pelo Promotor de Justiça Eduardo Buaes Raymundi, com a finalidade de apurar a ocorrência de eventual dano ambiental em razão do descarte irregular de resíduos sólidos, sem licença do órgão ambiental competente.

CAXIAS DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00748.00266/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de apurar queima de vegetação.

2) Inquérito Civil nº 00748.00274/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora sem licença de operação.

3) Inquérito Civil nº 00748.00277/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de apurar poluição sonora.

4) Inquérito Civil nº 00748.00278/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, com a finalidade de apurar depósito irregular de resíduos em área de preservação permanente.

CRUZ ALTA

1) Inquérito Civil nº 00754.00048/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência da execução de atividade potencialmente poluidora, em razão da cons-



trução de um açude em um pequeno curso d'água, limpeza e ampliação de um açude e curso d'água, em APP, sem autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00754.00050/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência de fazer funcionar atividade potencialmente poluidora.

3) Inquérito Civil nº 00754.00051/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência da reforma/ampliação de um açude, em APP.

4) Inquérito Civil nº 00754.00052/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível omissão do Município de Cruz Alta na fiscalização de motocicletas que circulem com descarga livre ou silenciador de motor de explosão defeituoso, deficiente ou inoperante.

DOIS IRMÃOS

1) Inquérito Civil nº 00757.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos, pelo Promotor de Justiça Wilson Luís Grezzana, com a finalidade de investigar existência de poço artesiano clandestino.

ENCANTADO

1) Inquérito Civil nº 00760.00026/2012, da Promotoria de Justiça Encantado, pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, com a finalidade de apurar irregularidades na realização do evento "Moto Encanto".

ERECHIM

1) Conversão de Portaria em Inquérito Civil nº 00962.00071/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchothene de Aguiar, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de poluição sonora.

2) Conversão de Portaria em Inquérito Civil nº 00962.00073/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchothene de Aguiar, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de irregularidade no depósito de resíduos sólidos (restos de vegetação, pedras e lixo) em imóvel, inclusive causando incêndios.

3) Conversão de Portaria em Inquérito Civil nº 00962.00074/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchothene de Aguiar, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de irregularidades nas obras de transposição do Rio Cravo.

4) Conversão de Portaria em Inquérito Civil nº 00962.00075/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchothene de Aguiar, com a finalidade de apurar a ocorrência de poluição causada em córrego.

ESPUMOSO

1) Inquérito Civil nº 00765.00013/2012, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de apurar extração de recursos mine-

rais, em especial, pedra de basalto, sem licença e/ou autorização do órgão ambiental competente.

ESTÂNCIA VELHA

1) Inquérito Civil nº 00766.00020/2012, da Promotoria de Justiça de Estância Velha, pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, com a finalidade de apurar possível formação de loteamento irregular em chácara.

2) Inquérito Civil nº 00766.00021/2012, da Promotoria de Justiça de Estância Velha, pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, com a finalidade de apurar atividade de empresa operando sem licença de operação do órgão ambiental competente.

ESTRELA

1) Inquérito Civil nº 00770.00032/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de investigar as benfeitorias existentes em área de preservação permanente.

FARROUPILHA

1) Inquérito Civil nº 00771.00037/2012, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Ronaldo Lara Resende, com a finalidade de apurar descarte inadequado de resíduos oriundos da exploração de atividade de criação de equinos em sistema de semi-confinamento, diretamente no solo, em área definida como APP.

2) Inquérito Civil nº 00771.00038/2012, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Ronaldo Lara Resende, com a finalidade de apurar dano ambiental em APP - desvio de curso d'água, extração de água em curso hídrico sem outorga do DRH.

3) Inquérito Civil nº 00771.00039/2012, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pelo Promotor de Justiça Ronaldo Lara Resende, com a finalidade de apurar corte de vegetação nativa sem licença da autoridade competente.

4) Inquérito Civil nº 00771.00043/2012, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, com a finalidade de apurar dano ambiental em APP (construção irregular).

FAXINAL DO SOTURNO

1) Inquérito Civil nº 00772.00013/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar o corte de árvores em área considerada de preservação permanente e fazer uso de fogo, em desacordo com a legislação ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00772.00014/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar a instalação e funcionamento de obra, caixa construída para fins de acumular água, em recurso hídrico, sem estar licenciado pelo órgão competente.

3) Inquérito Civil nº 00772.00015/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar a ocorrência de desmatamento a corte raso com a utilização de trator-esteira de vegetação nativa do bioma mata atlântica, sem autorização do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00772.00016/2012, da Promotoria de



Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar a ocorrência de desmatamento a corte raso com a utilização de trator-esteira de vegetação nativa do bioma mata atlântica, sem autorização do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil nº 00772.00017/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar a ocorrência de desmatamento a corte raso com a utilização de trator-esteira de vegetação nativa do bioma mata atlântica, sem autorização do órgão ambiental competente.

6) Inquérito Civil nº 00772.00018/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar a ocorrência de desmatamento a corte raso com a utilização de trator-esteira de vegetação nativa do bioma mata atlântica, sem autorização do órgão ambiental competente.

7) Inquérito Civil nº 00772.00019/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar a ocorrência de desmatamento a corte raso com a utilização de trator-esteira de vegetação nativa do bioma mata atlântica, sem autorização do órgão ambiental competente.

8) Inquérito Civil nº 00772.00020/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar o corte de 06 (seis) árvores nativas em área considerada de preservação permanente.

9) Inquérito Civil nº 00772.00021/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar o corte de vegetação nativa e exótica em área considerada de preservação permanente.

10) Inquérito Civil nº 00772.00022/2012, da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, com a finalidade de investigar possível destruição de vegetação nativa com uso de trator esteira e após uso de fogo com a finalidade de eliminar restos vegetais, raízes, troncos, galhos, ramos e folhas.

FREDERICO WESTPHALEN

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 057/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pela supressão de vegetação de origem nativa, através do corte seletivo, em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 058/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pelo uso de fogo em uma área agropastoril de, aproximadamente, 500 m².

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 059/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pela ruptura de

canalização condutora de efluente, onde antes da estrumeira, o dejetos proveniente da suinocultura, foi desviado para uma vala, causando poluição do solo e hídrica.

4) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 060/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pela supressão de vegetação de origem nativa, através do corte raso, sem autorização do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 061/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pelo lançamento de dejetos humanos nas margens da RS 472, km 20.

6) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 062/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pela supressão de vegetação de origem nativa, através do corte seletivo, sem autorização do órgão ambiental competente.

7) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 063/2012, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, caracterizado pelo depósito de matéria prima vegetal de origem nativa, em forma de lenha, sem qualquer documento que autorizasse o seu depósito.

GETÚLIO VARGAS

1) Inquérito Civil nº 00780.00027/2012, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar eventual dano ao meio ambiente, decorrente da realização de atividade potencialmente poluidora, qual seja, a armazenagem de resíduos humanos em local impróprio, sem a devida licença ambiental e sem a atenção às normas de proteção ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00780.00028/2012, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar eventual dano ao meio ambiente, decorrente da realização de atividade potencialmente poluidora, qual seja, a armazenagem de resíduos humanos em local impróprio, sem a devida licença ambiental e sem a atenção às normas de proteção ambiental.

3) Inquérito Civil nº 00780.00029/2012, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar eventual dano ao meio ambiente, decorrente da realização de atividade potencialmente poluidora sem a atenção às normas de proteção ambiental.

4) Inquérito Civil nº 00780.00030/2012, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar eventual dano ao meio ambiente, decorrente da realização de atividade potencialmente poluidora sem a atenção às normas de proteção ambiental, ou seja, dreno de um banhado em área de preservação permanente.

5) Inquérito Civil nº 00780.00032/2012, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1041

Luís de Araujo, com a finalidade de apurar eventuais danos ao meio ambiente, em decorrência da manutenção de rampa de lavagem de veículos em desacordo com a legislação protetiva ambiental.

6) Inquérito Civil nº 00780.00033/2012, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar investigar eventual ocorrência de dano ambiental, decorrente do lançamento irregular de resíduos líquidos em curso de água.

7) Inquérito Civil nº 00780.00034/2012, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar investigar eventual dano ao meio ambiente, decorrente da realização do corte de mata nativa em área de 1,62 hectares, sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

8) Inquérito Civil nº 00780.00035/2012, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar investigar eventual ato lesivo ao meio ambiente, decorrente do corte de vegetação nativa para abertura de uma estrada.

9) Inquérito Civil nº 00780.00036/2012, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar investigar eventual canalização irregular de curso hídrico.

10) Inquérito Civil nº 00780.00037/2012, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar investigar eventual dano ao meio ambiente, decorrente da realização do corte de mata nativa em área de 110 metros por 5 metros, sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

11) Inquérito Civil nº 00780.00038/2012, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, com a finalidade de apurar investigar eventual dano ao meio ambiente, decorrente da realização do corte de mata nativa em área de 0,5 hectare, sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

GIRUÁ

1) Inquérito Civil nº 00781.00015/2012, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de acompanhar implementação de políticas públicas para a defesa do meio ambiente e da saúde pública, mediante a proteção, o atendimento e o tratamento médico veterinário de animais em situação de risco, vítimas de abuso, maus-tratos e/ou abandono, o controle populacional e de zoonoses, a educação ambiental a respeito da posse responsável e o estímulo à adoção.

2) Inquérito Civil nº 00781.00016/2012, da Promotoria de Justiça de Giruá, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente na fabricação de tijolos e outros artefatos de barro em geral, com grande emissão de poluentes lançados a céu aberto, sem a devida licença ambiental.

3) Inquérito Civil nº 00781.00052/2011, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar se há ocorrência de dano ambiental pelo desrespeito à licença de operação.

GUAÍBA

1) Inquérito Civil nº 00970.00005/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba, pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, com a finalidade de apurar eventual crime contra o meio ambiente (loteamento irregular denominado Califórnia, sem licenciamento) no Município de Guaíba.

IVOTI

1) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 01233.00005/2009, da Promotoria de Justiça de Ivoti, pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, com a finalidade de retificar os seguintes dados: "INVESTIGADO: Eloir Vicente Ody", com sede na Estrada Geral para Linha Nova, Localidade de Linha Nova, no Município de Presidente Lucena/RS.

MONTENEGRO

1) Inquérito Civil nº 01175.00040/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de apurar instalação de radiobase no Topo do Morro São João, sem o devido licenciamento ambiental.

2) Inquérito Civil nº 01175.00041/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, com a finalidade de apurar suposta perturbação do sossego causada pelo funcionamento de uma pista de Skate.

NÃO-ME-TOQUE

1) Inquérito Civil nº 00810.00006/2012, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, pela Promotora de Justiça Marcelo Marisaura Inês Raber Fior, com a finalidade de investigar a possível ocorrência de destruição de flora nativa em APP, descarte irregular de resíduos sólidos e empreendimento que contraria licença de operação.

NONOAI

1) Inquérito Civil nº 00811.00028/2012, da Promotoria de Justiça de Nonoai, pelo Promotor de Justiça Marcelo José da Costa Petry, com a finalidade de apurar drenagem de manancial.

2) Inquérito Civil nº 00811.00030/2012, da Promotoria de Justiça de Nonoai, pelo Promotor de Justiça Marcelo José da Costa Petry, com a finalidade de recuperar área degradada pelo corte raso e destoca mecânica de árvores nativas em estágio inicial, médio e avançado de regeneração.

NOVO HAMBURGO

1) Inquérito Civil nº 00814.00078/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar dano ambiente consistente em manter em cativeiro aves silvestres sem licença ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00814.00079/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possível abandono de animal da espécie canina em frente ao Canil Municipal de Novo Hamburgo.

3) Inquérito Civil nº 00814.00080/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar



possível abandono de animal da espécie canina em frente ao Canil Municipal de Novo Hamburgo.

4) Inquérito Civil nº 00814.00081/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possíveis atos de maus tratos contra animal da espécie equina.

5) Inquérito Civil nº 00814.00082/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar abandono de filhotes de animais da espécie felina.

6) Inquérito Civil nº 00814.00110/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possível irregularidade em árvore.

7) Inquérito Civil nº 00814.00111/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possíveis atos de abuso e maus tratos contra animais da espécie canina.

8) Inquérito Civil nº 00814.00114/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, com a finalidade de apurar possível poluição sonora provocada por som automotivo.

OSÓRIO

1) Inquérito Civil nº 01212.00026/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do corte de árvores nativas da espécie Palmeira Juçara, para fins de beneficiamento e comércio de palmito.

PANAMBI

1) Inquérito Civil nº 00819.00006/2012, da Promotoria de Justiça de Panambi, pelo Promotor de Justiça Nilton Kasctin dos Santos, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental e irregularidade consistente em fazer funcionar empreendimento de mecânica de automóvel, sem a devida licença do órgão ambiental competente.

PIRATINI

1) Inquérito Civil nº 00828.00021/2012, da Promotoria de Justiça de Piratini, pela Promotora de Justiça Cristiana Müller Chatkin, com a finalidade de investigar a regularidade de instalação de oficina de motos no "Centro Histórico de Piratini".

PLANALTO

1) Inquérito Civil nº 00942.00019/2012, da Promotoria de Justiça de Planalto, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, com a finalidade de apurar eventual crime ambiental em decorrência de queimada de mata nativa de diversas espécies, numa área de 25 hectares, sem possuir licença ambiental.

RESTINGA SÊCA

1) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 005/2012, da Promotoria de Justiça de Restinga Sêca, pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, com a finalidade de investigar corte raso de mato nativo em área de preservação permanente, no interior de uma propriedade rural com área de

101,3555ha; e o estado da área de preservação permanente (APP) em relação aos limites legais.

RONDA ALTA

1) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 13/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar atividade de serralheria com diversas irregularidades e sem licença do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 14/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar abertura de uma vala e desvio de um curso de água, com o objetivo de instalação de um açude, sem licença do órgão ambiental competente, bem como o desenvolvimento da atividade de Olaria, com a licença ambiental vencida.

3) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 15/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar a destruição de vegetação nativa, atingindo 1.022 m², em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 16/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar o destoque de árvores exóticas e nativas, em uma área de 400 m², sem licença do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 17/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar atividade de ordenha de gado leiteiro, sem licença do órgão ambiental competente.

6) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 18/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar atividade de fabricação de esquadrias metálicas, sem licença do órgão ambiental competente.

7) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 19/2012, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar atividades de pintura e chapeação de veículos, sem licença do órgão ambiental competente.

SALTO DO JACUÍ

1) Inquérito Civil nº 01129.00005/2012, da Promotoria de Justiça do Salto do Jacuí, pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, com a finalidade de apurar eventual atividade de extração de pedra cascalho, sem licença ou autorização de órgão ambiental.

SANANDUVA

1) Inquérito Civil nº 00857.00017/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar dano consistente em destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente sem autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00857.00018/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Lean-



dro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar construção de açude em APP, sem licença ambiental.

3) Inquérito Civil nº 00857.00019/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar corte de árvores nativas sem licença ambiental.

4) Inquérito Civil nº 00857.00020/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar uso de fogo em uma área de 1,317 hectares, sem licença ambiental.

5) Inquérito Civil nº 00857.00021/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar abertura de dois valos em APP e desmatamento de 24 (vinte e quatro) árvores nativas.

6) Inquérito Civil nº 00857.00022/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar corte e destoque de 22 (vinte e duas) árvores nativas sem autorização do órgão ambiental.

7) Inquérito Civil nº 00857.00023/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar o corte de 48 (quarenta e oito) árvores nativas sem licença do órgão ambiental.

8) Inquérito Civil nº 00857.00024/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar abertura de valo com drenagem de fonte de água, em APP, sem licença ambiental.

9) Inquérito Civil nº 00857.00025/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar destocamento de eucaliptos e construção de açude em APP, sem licença ambiental.

10) Inquérito Civil nº 00857.00026/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar aterramento de banhado.

11) Inquérito Civil nº 00857.00027/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar aterramento de fonte d'água.

12) Inquérito Civil nº 00857.00028/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar corte de 63 (sessenta e três) árvores nativas sem licença ambiental.

13) Inquérito Civil nº 00857.00029/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Sananduva, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de apurar corte de árvores nativas sem licença ambiental, perfazendo uma área de 0,92 hectares.

SANTA MARIA

1) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00864.00125/2010, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finali-

dade de excluir o investigado JAIR CHRIST e incluir o investigado LUCIANO ROBERTO HENSEL.

2) Inquérito civil nº 00872.000078/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar o exercício de atividade potencialmente poluidora sem autorização dos órgãos competentes.

3) Inquérito civil nº 00872.000079/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar abandono de material potencialmente poluidor na área que funcionava um curtime.

4) Inquérito civil nº 00872.000080/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença regular dos órgãos competentes.

5) Inquérito civil nº 00872.000081/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar dano ambiental consistente em apanhar e manter em cativeiro pássaro silvestre sem autorização do órgão competente, em desacordo com a legislação em vigor.

6) Inquérito civil nº 00872.000082/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar dano ambiental, decorrente do funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença regular dos órgãos competentes.

7) Inquérito civil nº 00872.000014/2012, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de investigar denúncia de abandono do Museu Municipal de Silveira Martins.

SANTIAGO

1) Inquérito civil nº 01223.000013/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Fabiane Cioccarí, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente no funcionamento inadequado da Marmoraria Estrela Guia, no tocante à destinação final de resíduos sólidos e líquidos, emissores atmosféricos e uso de recursos hídricos.

2) Inquérito civil nº 01223.000014/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Fabiane Cioccarí, com a finalidade de apurar funcionamento inadequado de marmoraria, no tocante à destinação final de resíduos líquidos, sólidos e emissões atmosféricas, sem o devido licenciamento ambiental.

3) Inquérito civil nº 01223.000015/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Fabiane Cioccarí, com a finalidade de apurar o funcionamento inadequado de marmoraria, no tocante à destinação final de resíduos líquidos, sólidos e emissões atmosféricas, sem o devido licenciamento ambiental.

4) Inquérito civil nº 01223.000016/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Fabiane Cioccarí, com a finalidade de apurar o funcionamento inadequado da empresa de móveis e beneficiamento de materiais não metálicos, quanto à destinação final de resíduos



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1041

sólidos, líquidos e emissões atmosféricas, sem o devido licenciamento ambiental.

5) Inquérito civil nº 01223.000017/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Fabiane Cioccar, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental decorrente de queimada de campo nativo, em área de aproximadamente três hectares.

6) Inquérito civil nº 01223.000018/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Fabiane Cioccar, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental, fora de área de APP, em decorrência do corte de 37 exemplares de espécies nativas, dentre elas pitangueira, espinilho e aroeira, em abuso ao alvará de licenciamento ambiental expedido pelo DEFAP.

7) Inquérito civil nº 01223.000019/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, pelo Promotor de Justiça Fabiane Cioccar, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental no transporte de 15 metros estéreos de lenha nativa, das espécies branquilha, aroeira e pitangueira, com documento de origem florestal vencido.

SANTO ÂNGELO

1) Inquérito civil nº 00872.000028/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental na Localidade de Urubucar, interior do Município de Vitória das Missões.

2) Inquérito civil nº 00872.000030/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, com a finalidade de apurar dano ambiental oriundo da intervenção não autorizada (corte de vegetação nativa e utilização de fogo), em área de preservação permanente.

3) Inquérito civil nº 00872.000049/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, com a finalidade de apurar a deposição indevida de resíduos sólidos em área de responsabilidade do Município.

4) Inquérito civil nº 00872.000060/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, com a finalidade de verificar o dano ambiental oriundo da intervenção não autorizada em terreno situado na margem da Rodovia ERS 344.

5) Inquérito civil nº 00872.000086/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, com a finalidade de apurar as providências adotadas pela Administração Municipal em virtude do lançamento de esgoto doméstico junto ao Arroio Itaquarinchin.

6) Inquérito civil nº 00872.000137/2011, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, com a finalidade de apurar a regularidade das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

1) Inquérito Civil nº 00875.000028/2012, da Promotoria de Justiça de São Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de

Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar notícia de corte de árvores nativas sem licença ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00875.000029/2012, da Promotoria de Justiça de São Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar notícia de desmatamento com uso de fogo, e sem licença ambiental.

3) Inquérito Civil nº 00875.000030/2012, da Promotoria de Justiça de São Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar notícia de corte de vegetação nativa do bioma da Mata Atlântica, e uso de fogo, sem licença do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00875.000031/2012, da Promotoria de Justiça de São Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar notícia de abertura de vala e desvio de curso d'água de forma irregular, na estrada principal da Catanduva.

SANTO AUGUSTO

1) Inquérito Civil nº 00876.000032/2012, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, com a finalidade de apurar possível dano ambiental consistente na utilização de área de preservação permanente (APP) de uma nascente para cultivo agrícola, a uma distância inferior a 10 (dez) metros desta e em área considerada de banhado, totalizando 3.000 (três mil) metros quadrados, sem autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00876.000033/2012, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no depósito irregular de resíduos sólidos em área de aproximadamente 100m x 50m, a menos de 30 metros de um córrego, tudo sem a licença ambiental pertinente.

3) Inquérito Civil nº 00876.000034/2012, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no depósito irregular de resíduos sólidos em área de aproximadamente 30m x 50m, a menos de 50 metros de um poço artesiano de captação da CORSAN, tudo sem a licença ambiental pertinente.

4) Inquérito Civil nº 00876.000035/2012, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no depósito irregular de lixo a céu aberto (pneu, monitor de computador, fibra de geladeira, dentre outros), tudo sem a licença ambiental pertinente.

5) Inquérito Civil nº 00876.000036/2012, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no depósito irregular de lixo a céu aberto (pneus, sofás, plásticos, roupas, entre outros), tudo sem a licença ambiental pertinente.

6) Inquérito Civil nº 00876.000037/2012, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no depósito irregular de resíduos (móveis usados,



plásticos, televisores, para-choques de automóveis), tudo sem a licença ambiental pertinente.

SÃO FRANCISCO DE ASSIS

1) Inquérito Civil nº 00881.00013/2012, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, com a finalidade de investigar estabelecimento comercial "Bar 24 Horas", por poluição sonora, proveniente da aglomeração de clientes do referido estabelecimento, que utilizam aparelhos de som automotivo com volume excessivo, em área residencial, consoante informações da Brigada Militar local.

SÃO FRANCISCO DE PAULA

1) Inquérito Civil nº 00882.00015/2012, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, com a finalidade de apurar dano em APP.

SÃO JOSÉ DO NORTE

1) Inquérito Civil nº 00888.00013/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Norte, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de acompanhar o licenciamento ambiental do projeto de remediação de área degradada por disposição de resíduos sólidos urbanos - processo nº 007081-0567/10-6 - FEPAM.

2) Inquérito Civil nº 00888.00021/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Norte, pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com a finalidade de investigar ESTALEIRO QUATRO IRMÃOS.

SÃO JOSÉ DO OURO

1) Inquérito Civil nº 00889.00002/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar abertura de valas em APP.

2) Inquérito Civil nº 00889.00011/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar limpeza de um açude, atingindo 0,2 de hectares, em área de preservação permanente, sem licença ambiental.

3) Inquérito Civil nº 00889.00013/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar poluição hídrica pelo uso de moto bomba e depósito irregular de agrotóxicos em APP, sem licença do órgão ambiental.

4) Inquérito Civil nº 00889.00021/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pelo Promotor de Justiça Julio Francisco Ballardin, com a finalidade de apurar caça de animal silvestre em extinção.

5) Inquérito Civil nº 00889.00023/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pelo Promotor de Justiça Julio Francisco Ballardin, com a finalidade de apurar corte de vegetação nativa, depósito de lenha e uso do fogo.

6) Inquérito Civil nº 00889.00032/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar destoque e descapoeiramento de um área.

7) Inquérito Civil nº 00889.00048/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bian-

ca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar descapoeiramento de 0,4 hectares, destes 0,2 hectares em Área de Preservação Permanente, com auxílio de uma draga. Corte seletivo de 12 pinheiros araucárias, angustifolia e de 6 angicos.

8) Inquérito Civil nº 00889.00049/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar corte de 51 árvores nativas.

9) Inquérito Civil nº 00889.00050/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar destoque e desraizamento de árvores nativas, totalizando 17 árvores.

10) Inquérito Civil nº 00889.00052/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar abertura de Valo em duas áreas.

11) Inquérito Civil nº 00889.00053/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar corte de árvores nativas fora de APP.

12) Inquérito Civil nº 00889.00055/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar abertura de vala, em área de preservação permanente.

13) Inquérito Civil nº 00889.00057/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar abertura de vala com trator retroescavadeira, em área de preservação permanente.

14) Inquérito Civil nº 00889.00058/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar abertura de um açude em banhado em área de preservação permanente.

15) Inquérito Civil nº 00889.00059/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar uso de fogo.

16) Inquérito Civil nº 00889.00060/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar corte raso de vegetação nativa fora de área de preservação permanente.

17) Inquérito Civil nº 00889.00061/2012, da Promotoria de Justiça de São José do Ouro, pela Promotora de Justiça Bianca Acioly de Araujo, com a finalidade de apurar corte de árvores nativas e uso de fogo fora de área de preservação permanente.

SÃO LUIZ GONZAGA

1) Inquérito Civil nº 00894.00028/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga, pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais decorrentes de ampliação/reforma de barragem, com barramento de curso de água com uso de retroescavadeira, bem como supressão de vegetação nativa e queima da mesma, além construção de estrada particular com extração de recursos minerais, no interior do Município de São Luiz Gonzaga, tudo sem vigente licença ou alvará das autoridades competentes.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1041

2) Inquérito Civil nº 00894.00029/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga, pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar : investigar a queimada em área agropastoril.

SÃO MARCOS

1) Inquérito Civil nº 00948.00018/2012, da Promotoria de Justiça de São Marcos, pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, com a finalidade de apurar poluição sonora nas dependências de empreendimento.

2) Inquérito Civil nº 00948.00019/2012, da Promotoria de Justiça de São Marcos, pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, com a finalidade de apurar descarte irregular e inadequado de resíduos sólidos e líquidos, ocasionando infiltrações junto ao solo, sendo direcionados para o sistema de esgoto pluvial, sem sofrer tratamento prévio.

3) Inquérito Civil nº 00948.00020/2012, da Promotoria de Justiça de São Marcos, pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach, com a finalidade de apurar crime contra o meio ambiente – implantação de loteamento sem licença ambiental.

SÃO VICENTE DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00779.00015/2012, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no corte de árvores de espécies nativas dentro de área de preservação permanente – APP.

SAPIRANGA

1) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 32/2012, da Promotoria de Justiça de Sapiiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar a existência de estabelecimento irregular de lavagem de veículos.

SEBERI

1) Inquérito Civil nº 00905.00018/2012, da Promotoria de Justiça de Seberi, pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander, com a finalidade de apurar supressão de vegetação de origem nativa.

SOLEDADE

1) Inquérito Civil nº 00907.00087/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de canalização de nascente e corte de pinheiro brasileiro.

2) Inquérito Civil nº 00907.00088/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de abertura de estrada, com desmatamento de vegetação nativa, em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00907.00089/2012, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de produção de carvão, sem licença ambiental, e uso de queimada em meio a vegetação nativa.

TAPEJARA

1) Inquérito Civil nº 00908.00030/2012, pela Promotoria de

Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar a ocorrência de dano ambiental consistente em impedir ou dificultar a regeneração natural sem autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00908.00036/2012, pela Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, com a finalidade de investigar suposta emissão de poluição sonora.

TAQUARA

1) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00911.00041/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de excluir do polo passivo WILSON DIAS NEVES, RG 1022364507 e, incluir W. M. EXTRAÇÃO DE PEDRAS LTDA., CNPJ 13.176.945/0001-00.

2) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00911.00042/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de incluir no pólo passivo VANDERLEI DE MELLO COSTA PEDRAS, CNPJ Nº 13.603.656/0001-40, Estrada Pega Fogo Baixo, s/nº, Localidade de Pega Fogo Baixo, Taquara/RS.

3) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00911.00044/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de incluir no polo passivo RAUL CAMPOS, RG 3018714042, CPF Nº 432.535.550-20, residente na Estrada da Integração, nº 954, Pega Fogo Baixo, Taquara/RS.

4) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00911.00060/2010, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de excluir do polo passivo HUMBERTO ANTÔNIO DA SILVA, CPF Nº 707.542.410-68, RG 1058374982 e, incluir HUMBERTO ANTÔNIO DA SILVA – ME, CNPJ 15.565.501/0001-92, estabelecida na Rua Princesa Isabel, nº 1313, Bairro Cruzeiro do Sul, Taquara/RS.

5) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00911.00159/2011, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de retificar o objeto do presente Inquérito Civil: DEPÓSITO IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

6) Inquérito Civil nº 00911.00030/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar possível dano ambiental por extração mineral irregular.

7) Inquérito Civil nº 00911.00055/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar possíveis danos de poluição ambiental pelo descarte de resíduos industriais nas margens do rio rolante.

8) Inquérito Civil nº 00911.00077/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar depósito irregular de resíduos sólidos.

9) Inquérito Civil nº 00911.00078/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo



zo Ferreira, com a finalidade de apurar depósito irregular de resíduos sólidos.

10) Inquérito Civil nº 00911.00080/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar possível dano ambiental por extração irregular de arenito.

11) Inquérito Civil nº 00911.00081/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar atividade de serraria, desdobramento e beneficiamento de madeiras com cadastro florestal vencido e sem cadastro técnico federal, bem como a atividade de banho químico não constante da licença de operação.

12) Inquérito Civil nº 00911.00082/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar atividade de serraria e desdobramentos de madeiras com licença de operação vencida e sem cadastro técnico federal.

13) Inquérito Civil nº 00911.00083/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar extração irregular de arenito.

14) Inquérito Civil nº 00911.00084/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar extração irregular de arenito.

15) Inquérito Civil nº 00911.00085/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes de corte de vegetação e uso de fogo no município de Riozinho.

16) Inquérito Civil nº 00911.00086/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes de corte de vegetação nativa no município de Riozinho.

17) Inquérito Civil nº 00911.00087/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes de corte de vegetação nativa no município de Riozinho.

18) Inquérito Civil nº 00911.00088/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes de corte de vegetação e uso de fogo no município de Riozinho.

19) Inquérito Civil nº 00911.00089/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar uso de fogo junto a um exemplar da espécie ficus cestriifolia e depósito de resíduos sólidos industriais no município de Riozinho.

20) Inquérito Civil nº 00911.00090/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes de corte de vegetação, poda de figueira e instalação de forno de produção de carvão no município de Riozinho.

21) Inquérito Civil nº 00911.00091/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes de corte de vegetação e uso de fogo no município de Riozinho.

22) Inquérito Civil nº 00911.00092/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes de corte de vegetação e uso de fogo no município de Riozinho.

23) Inquérito Civil nº 00911.00093/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar possível dano ambiental pelo corte de vegetação nativa.

24) Inquérito Civil nº 00911.00094/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar possível dano ambiental pelo corte de vegetação nativa.

25) Inquérito Civil nº 00911.00095/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar possível dano causado por queimada.

26) Inquérito Civil nº 00911.00096/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar possível dano ambiental causado pelo corte de vegetação nativa e uso de fogo.

27) Inquérito Civil nº 00911.00097/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar corte irregular de vegetação nativa e uso de fogo.

28) Inquérito Civil nº 00911.00101/2012, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar atividade de serraria sem as licenças ambientais pertinentes.

TAQUARI

1) Inquérito Civil nº 00912.00004/2012, da Promotoria de Justiça de Taquari, pela Promotora de Justiça Melissa Marchi Juchen, com a finalidade de apurar dano ambiental por criação de animais domésticos de animais em área urbana de Taquari, RS.

TORRES

1) Inquérito Civil nº 00914.00024/2012, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Márcio Roberto Silva de Carvalho, com a finalidade de apurar ausência ou insuficiência de políticas públicas no Município de Torres em relação a atual situação do canil municipal, em razão da superlotação de animais, bem como graves limitações financeiras e sociais, no sentido de falta de ração, medicação, vermífugo, material de limpeza, castrações e atendimento veterinário, o que dificulta boas condições de saúde aos animais abandonados.

TRÊS COROAS

1) Inquérito Civil nº 01130.00024/2012, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de verificar a existência de criação de aves domésticas em zona urbana, gerando ruído



excessivo, bem como investigar a utilização de galos em ri-nhas.

2) Inquérito Civil nº 01130.00025/2012, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de investigar poluição sonora produzida pelo estabelecimento.

TRÊS PASSOS

1) Inquérito Civil nº 00917.00032/2012, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Aline Stefanello Segnor, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de queimada em área agropastoril, totalizando 3600 m², fora da área de preservação permanente.

2) Inquérito Civil nº 00917.00033/2012, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Aline Stefanello Segnor, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da construção de um porto, medindo 40m de comprimento x 2m de largura, em direção ao leito do Rio Uruguai, tendo sido destruída vegetação nativa de pequeno porte, sem licença do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00917.00034/2012, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Aline Stefanello Segnor, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de queimada em uma área de 2100 m², destruindo e danificando folhosas de pequeno porte, sem autorização do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00917.00035/2012, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Aline Stefanello Segnor, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da existência de quatro fornos de carvão vegetal em atividade, bem como queima de madeira nativa para a fabricação de carvão.

5) Inquérito Civil nº 00917.00036/2012, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Aline Stefanello Segnor, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de crime contra a flora, em virtude do corte de árvores nativas.

6) Inquérito Civil nº 00917.00037/2012, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Aline Stefanello Segnor, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de queimada em área agropastoril, atingindo uma área de 5.600 m² e em mata nativa, atingindo 4.200m².

7) Inquérito Civil nº 00917.00038/2012, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pela Promotora de Justiça Aline Stefanello Segnor, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de crime contra a flora.

TUPANCIRETÃ

1) Inquérito Civil nº 00920.00020/2012, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, com a finalidade de apurar abertura de valas em área de preservação permanente (banhado), com licença ambiental vencida.

2) Inquérito Civil nº 00920.00021/2012, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, com a finalidade de apurar abertura de três drenos (valos) em área de preservação permanente (banhado), sem autorização da autoridade competente, na

localidade de Espinilho Grande, em Tupanciretã.

3) Inquérito Civil nº 00920.00022/2012, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, com a finalidade de apurar corte de árvores nativas em área de preservação permanente, sem autorização da autoridade competente; e drenagem de um banhado, na localidade de Coxilha Bonita, em Tupanciretã.

VACARIA

1) Inquérito Civil nº 00924.00068/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no corte de 155 árvores nativas de diversas espécies folhosas, perfazendo um volume de 68,87m³ (sessenta e oito vírgula oitenta e sete metros cúbicos), todas fora de área de preservação permanente, sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

2) Inquérito Civil nº 00924.00069/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo uma área total de 15,87 ha (quinze vírgula oitenta e sete hectares), de campo nativo, fora de área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00924.00070/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo uma área total de 4,92 ha (quatro vírgula noventa e dois hectares), de campo nativo, fora de área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00924.00071/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no descapoeiramento de vegetação nativa, no sistema de desraizamento, fora de área de preservação permanente, atingindo uma área de 2,74ha (dois vírgula setenta e quatro hectares), sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

5) Inquérito Civil nº 00924.00072/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril, atingindo uma área de 27,11 ha (vinte e sete vírgula onze hectares), em área de preservação permanente (banhado), sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

6) Inquérito Civil nº 00924.00073/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente na poluição do solo e atmosférica devido a queima e descarte de resíduos a céu aberto.

7) Inquérito Civil nº 00924.00074/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar even-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 18 de outubro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1041

tual ocorrência de maus tratos contra animais durante a realização de Rodeio.

8) Inquérito Civil nº 00924.00075/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade apurar dano ambiental consistente (a) na confecção de drenos (valos) em área de preservação permanente (banhado), atingindo uma área de 369 metros, sem licença do órgão ambiental competente e (b) queima de embalagens de agrotóxico a menos de 26 metros de área de preservação permanente (banhado).

9) Inquérito Civil nº 00924.00076/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade apurar dano ambiental em área de preservação permanente (banhado) para confecção de açude, sem possuir licença ambiental dos órgãos competentes.

10) Inquérito Civil nº 00924.00077/2012, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade apurar eventual dano ambiental consistente (a) na confecção de drenos (valos), em área de preservação permanente, atingindo uma área de 10,65 há (dez vírgula sessenta e cinco hectares), bem como (b) descarte e queima de resíduos, também em área de preservação permanente (banhado).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

MARTA LEIRIA LEAL PACHECO,

Coordenadora do Centro de Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.